

No 26.881

O MÊS EM QUE O BRASIL FALIU

67

HISTÓRIAS SECRETAS DA DÍVIDA

Para evitar calote do Brasil em 82, EUA exigiram apoio na Guerra Fria e cobraram facilidades no comércio

Reservas do Brasil em 1982

US\$ 4 bi

Era quanto o Brasil tinha em reservas. A dívida externa chegou a US\$ 85,5 bilhões em dezembro daquele ano

De volta ao Fundo

1963

Foi o último ano em que Brasil havia recorrido ao FMI por empréstimo, antes da crise do setembro negro de 1982



Conta alta

1982

Embora o Itamaraty estivesse alijado do processo de negociação da dívida, comandado pela equipe econômica, o chanceler Saraiva Guerreiro antevia uma fatura alta demais a ser paga em troca do apoio

SECRETO

Brasília, 28 de fevereiro de 1983.

Dante de alcance excessivo da proposta dos EUA e com vistas a conformar prováveis efeitos lesivos sobre o interesse nacional, num momento em que deficiências organizacionais características e vulnerabilidade negociadora são agravadas por crise econômico-financeira aguda, o Itamaraty entende, basicamente, estender os períodos das reuniões dos Grupos de Trabalho Brasil-EUA e "enxugar" 12. Dante dessa perspectiva, é provável que o Governo dos EUA viesse a exercer pressões, em todas as áreas, e/ou apresentar alternativas que tenderiam a dificultar uma recusa sem uma mobilização política maior. Esta, de conteúdo necessariamente nacionalista, poderia, na atual conjuntura de afirmação de certas lideranças, ultrapassar os limites desejados pelo Governo e fugir-lhe ao controle.

R. Guerreiro
Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Parecer secreto do então ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, enviado ao presidente João Figueiredo em fevereiro de 1983

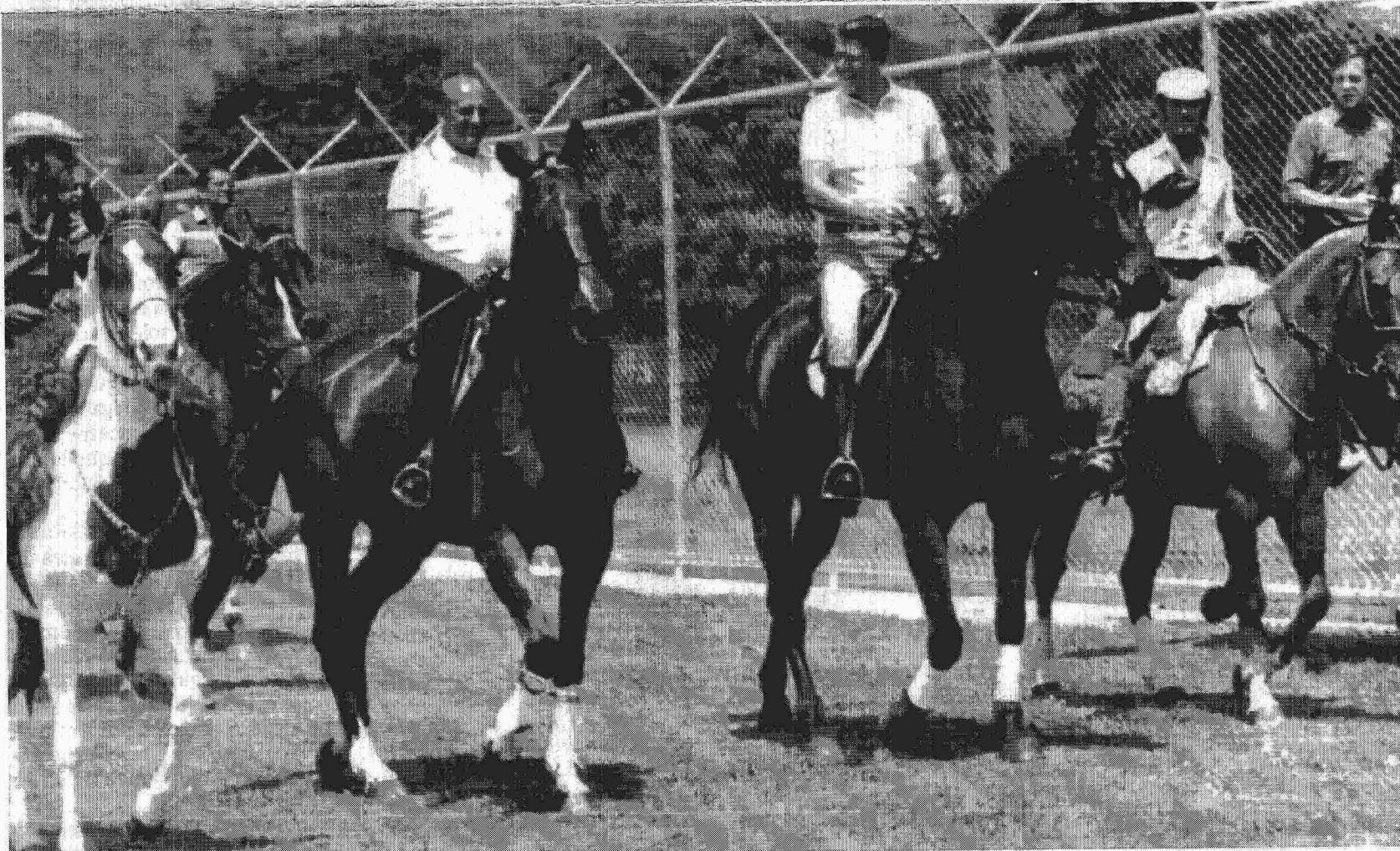
ULTRA SECRETO

ENCONTRO DOS PRESIDENTES FIGUEIREDO E REAGAN NO PALÁCIO DO PLANALTO NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 1982. (Transcrição Condensada)

22. O Presidente Reagan, em seguida, sugeriu que sua visita poderia dar início a conversações, a nível ministerial, a propósito de temas tais como cooperação nuclear, na área industrial e militar, assim como no campo das atividades espaciais. O Presidente Reagan, quanto a este último item, referiu-se vagamente à astronáutica.

23. O Presidente Figueiredo disse acreditar não existirem problemas incontornáveis nas áreas referidas. Acrescentou haver outros problemas que não eram de fácil solução, pois não dependiam, apenas, da vontade do governo americano. Disse, ainda, que existem dificuldades momentâneas quando uma pretensão política ou econômica é contrária a uma determinada política do Governo americano. "Entretanto quando não altera, como no caso da área nuclear e espacial, as dificuldades são contornáveis".

ARQUIVO/2.12.1982



Apelo. Os então presidentes brasileiro e americano João Figueiredo e Ronald Reagan (centro), cavalam na Granja do Torto, em 1982: empréstimos e imposições para salvar o Brasil

DANILO FARIELLO
danilo.fariello@bsb.oglobo.com.br

ELIANE OLIVEIRA
eliane@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - Há 30 anos, no auge da crise da dívida externa, os Estados Unidos foram a tábua de salvação do Brasil, com a liberação de empréstimos-ponte de US\$ 1,5 bilhão no último trimestre de 1982. Essa ajuda deu fôlego ao país, mergulhado na insolvência, até a formalização de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano seguinte, mas o Brasil pagou um preço alto pelo apoio americano. Documento secreto do Itamaraty no Arquivo Nacional, ao qual O GLOBO teve acesso, mostra como os EUA impuseram condições e exigiram vantagens. Este e outros documentos sigilosos e depoimentos inéditos iniciam a série de reportagens sobre o chamado "setembro negro" e a crise da dívida.

Pressionado pelo governo americano, o Brasil teve de se submeter a uma série de exigências, desde o alinhamento incondicional aos EUA na Guerra Fria à aprovação de propostas encaminhadas pela maior potência do mundo ao sistema internacional de comércio, mesmo que essas normas pu-

dessem ferir, no futuro, os interesses brasileiros.

Em memorando secreto ao presidente-general João Figueiredo, em fevereiro de 1983, o então ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, alertou o governo para o "alcance excessivo da proposta dos EUA e prováveis efeitos lesivos sobre o interesse nacional".

A crise da dívida externa chegou ao auge após a moratória do México, em agosto de 1982, que foi seguida de uma severa restrição de liquidez nos mercados financeiros, e a busca interrupção dos fluxos de empréstimos do sistema bancário internacional para os países em desenvolvimento. O período, conhecido como "setembro negro", foi marcado por vários eventos: choques do petróleo, aumento das taxas básicas de juros dos EUA e a guerra entre Irã e Iraque.

O Brasil, que se sustentava às custas de uma política dependente de capital externo, até então bem-sucedida, revelou-se uma nação insolvente. Em uma reunião do FMI na cidade de Toronto, no Canadá, a equipe econômica descobriu que, após a moratória do México, o Brasil era considerado a "bola da vez" pela banca internacional. O país só conseguiu evitar um calote generalizado porque teve a ajuda dos EUA, que haviam contribuído para o caos que se insta-

rou na América Latina, ao elevarem os juros a uma taxa de quase 20% ao ano, após uma nova crise do petróleo.

Em outubro e novembro de 1982, o Tesouro dos EUA liberou dois empréstimos secretos para o Brasil, no total US\$ 1,5 bilhão, o que ajudou o país a sobreviver até começarem as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em visita ao Brasil, em dezembro daquele ano, o então presidente americano, Ronald Reagan, comunicou que haveria outro aporte de US\$ 1,2 bilhão do Banco de Compensações Internacionais (BIS), graças à atuação dos EUA.

Documento ultrassecreto do Sistema Nacional de Informação (SNI), liberado recentemente para consulta no Arquivo Nacional, revelou que o presidente Reagan "sugeriu que sua visita poderia dar início a conversações, a nível interministerial, a propósito de temas tais como cooperação nuclear, na área industrial e militar, assim como no campo das atividades espaciais".

Embora o Itamaraty estivesse alijado do processo de negociação da dívida, comandado pela equipe econômica, o chanceler Saraiva Guerreiro antevia uma fatura alta demais a ser paga em troca do apoio, impressão confirmada por ex-ministros da Fazenda de governos posteriores ao regime militar. No meio da crise, o ministro das Relações Exteriores recomendou ao governo "enxugar" a agenda do grupo de trabalho político-comercial entre Brasil e EUA em vigor. •

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO GOVERNO MILITAR ERA DEPENDENTE DE FINANCIAMENTO EXTERNO